

Solar do Cerrado Participações S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas do exercício findo em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Solar do Cerrado Participações S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solar do Cerrado Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Solar do Cerrado Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Solar do Cerrado Participações S.A.

Balances patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8	103	3	49.480	164	Fornecedores	14	43	3	20.069	8.181
Despesas antecipadas	9	-	-	762	276	Obrigações tributárias	15	-	-	1.095	783
Outras contas a receber		-	-	34	54	Obrigações trabalhistas		-	-	182	-
Total do ativo circulante		103	3	50.276	494	Passivo de arrendamentos	11	-	-	56	49
Depósitos judiciais	24	-	-	634	1.308	Outras contas a pagar		-	-	49	-
Despesas antecipadas	9	-	-	6.571	6.991	Total do passivo circulante		43	3	21.451	9.013
Investimentos	10	339.058	154.605	-	-	Financiamentos	16	-	-	433.298	-
Direito de uso	11	-	-	16.213	16.899	Passivo de arrendamentos	11	-	-	15.916	15.285
Imobilizado em andamento	12	3	2	717.956	145.513	Total do passivo não circulante		-	-	449.214	15.285
Intangível	13	-	-	18.136	7.700	Patrimônio líquido	17				
Total do ativo não circulante		339.061	154.607	759.510	178.411	Capital social		340.218	154.659	340.218	154.659
						Prejuízos acumulados		(1.097)	(52)	(1.097)	(52)
						Total do patrimônio líquido		339.121	154.607	339.121	154.607
Total do ativo		339.164	154.610	809.786	178.905	Total do passivo e patrimônio líquido		339.164	154.610	809.786	178.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Solar do Cerrado Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	18	(91)	(30)	(1.640)	(48)
Resultado com equivalência patrimonial	10	(949)	(21)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.040)	(51)	(1.640)	(48)
Receitas financeiras	19	-	-	888	-
Despesas financeiras	19	(5)	(1)	(58)	(4)
Resultado financeiro líquido		(5)	(1)	830	(4)
Resultado antes dos tributos		(1.045)	(52)	(810)	(52)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	-	(235)	-
Prejuízo do exercício		(1.045)	(52)	(1.045)	(52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Solar do Cerrado Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(1.045)	(52)	(1.045)	(52)
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.045)</u>	<u>(52)</u>	<u>(1.045)</u>	<u>(52)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Solar do Cerrado Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social			Total
	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	
Saldos em 02 de agosto de 2024	-	-	-	-
Reorganização societária	17 b	152.051	-	152.051
Integralização de capital social	17 a	2.608	-	2.608
Prejuízo líquido do período		-	(52)	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		154.659	(52)	154.607
Integralização de capital social	17 a	145.341	-	145.341
Adiantamento para aumento de capital	17 c	-	40.218	40.218
Prejuízo do exercício		-	(1.045)	(1.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		300.000	40.218	339.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Solar do Cerrado Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(1.045)	(52)	(810)	(52)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	10	949	21	-
		(96)	(31)	(810)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Outras contas a receber	-	-	20	(12)
Depósitos judiciais	-	-	674	-
Despesas antecipadas	-	-	(66)	(3.896)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	40	3	11.888	2
Obrigações tributárias	-	-	312	672
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	182	-
Outras contas a pagar	-	-	49	-
Caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais	(56)	(28)	12.249	(3.286)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(235)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(56)	(28)	12.014	(3.286)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	10	(133.414)	(2.575)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	10	(32.832)	-	-
Caixa proveniente da transferência das investidas	23	-	-	60.791
Aquisição de ativo intangível	13	-	-	(10.436)
Aquisição de ativo imobilizado	12	(1)	(2)	(518.798)
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades investimento	(166.247)	(2.577)	(529.234)	2.582
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	16	-	-	401.984
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	11	-	-	(1.851)
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	40.218	-	40.218
Integralização de capital	17	126.185	2.608	126.185
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	166.403	2.608	566.536	868
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	100	3	49.316	164
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	3	-	164
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8	103	3	49.480
		100	3	49.316
				164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Solar do Cerrado Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, Pinheiros, São Paulo, capital do Estado de São Paulo. A Companhia tem como controlador a Newave Energia S.A.

A Companhia foi constituída em 02 de agosto de 2024 e tem como objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica e efetuar a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração, exploração e gestão de empreendimento de energia elétrica por fonte fotovoltaica desenvolvido no parque fotovoltaico denominado Projeto Barro alto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia iniciaram as obras para implementação do parque solar. As controladas possuem junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as autorizações abaixo para atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica.

Controladas	Resolução Autorizativa
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A. (*)	11.754 de 26 de abril de 2022
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A. (*)	11.755 de 26 de abril de 2022
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A. (*)	11.756 de 26 de abril de 2022
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A. (*)	11.757 de 26 de abril de 2022

(*) Mediante despacho as controladas iniciaram as suas operações comerciais em março de 2026, conforme nota explicativa nº 26. No exercício findo em dezembro de 2025 as controladas encontravam-se se em fase pré-operacional. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo').

1.1 Reforma tributária

Reforma tributária sobre o consumo

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os potenciais impactos nas demonstrações financeiras do Grupo advindos da Emenda Constitucional 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 e Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, normativos legais que instituíram o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Seus efeitos ocorrerão após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, portanto, são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

Contexto da Reforma Tributária:

A Reforma Tributária representa um marco significativo na legislação tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação da Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) que irá substituir o Pis e a COFINS a partir de 1º de janeiro de 2027, o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) que irá substituir o ICMS e ISS, gradativamente a partir de 1º de janeiro de 2029, e a criação do Imposto Seletivo (IS).

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras e operações futuras:

Os impactos com a Reforma Tributária, embora posterior à data do balanço, terão implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária exigirá uma revisão da política de preços da energia vendida pelo Grupo, com objetivo de manter as margens de lucro e indicadores financeiros antes da reforma tributária.

Fluxo de Caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

Sistemas e Processos Internos: O Grupo precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento de energia, e outros acordos comerciais serão revisados para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas adotadas e próximos passos:

O Grupo estará monitorando ativamente a regulamentação da Reforma Tributária, e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica, tecnologia e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio do Grupo;
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

A administração do Grupo com base nas regras tributárias já promulgadas, e considerando a análise de seus contratos de venda de energia e aquisição de insumos junto aos fornecedores, não espera impactos financeiros significativos, advindos da Reforma Tributária.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço do Grupo.
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

A administração do Grupo com base nas regras tributárias já promulgadas, e considerando a análise de seus contratos de venda de energia e aquisição de insumos junto aos fornecedores, não espera impactos financeiros significativos, advindos da Reforma Tributária.

2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias e companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias e companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de despesas decorrentes de negócios entre as Companhias e companhias consolidadas;

- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como 'Grupo'), listadas a seguir:

Controladas	Participação societária em %			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	100 %	-	100 %	-

2.1 Reorganização societária

a. Transferência de investimentos

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de investimentos de propriedade da controladora por meio de conferência de capital do patrimônio líquido das seguintes Companhias: UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.; UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.; UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A. e UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A., correspondente ao montante consolidado de R\$ 152.051.

O objetivo da reorganização societária é implementar estrutura para gerenciamento das fontes de financiamento do Grupo.

O balanço patrimonial consolidado das Companhias base para a reorganização societária foi de 30 de novembro de 2024. Assim, os resultados apurados a partir de 1º de dezembro de 2024, fazem parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Abaixo seguem os acervos patrimoniais incorporados nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

	Nota	Acervo incorporado - 30 de novembro de 2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	8	60.791
Despesas antecipadas	9	3.371
Outras contas a receber		42
Total do ativo circulante		64.204
Depósitos judiciais		1.308
Imobilizado	12	84.649
Intangível	13	7.700
Total do ativo não circulante		93.657

	Nota	<u>Acervo incorporado - 30 de novembro de 2024</u>
Ativo		
Total do ativo		<u>157.861</u>
Passivo		
Fornecedores	13	5.699
Obrigações tributárias	14	<u>111</u>
Total do passivo circulante		5.810
Patrimônio Líquido		
Acervo patrimonial incorporado	15.b	<u>152.051</u>
Total do patrimônio líquido		152.051
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>157.861</u>

Decorrente do processo de transferência de investimentos, a Companhia reconheceu aumento de capital social no montante de R\$ 152.051, conforme descrito na nota explicativa nº 17.b

Como parte do processo de incorporação a Companhia, passou deter o controle das seguintes Companhias:

Controladas

UFV Barro Alto I Geração de Energia S.A.
 UFV Barro Alto II Geração de Energia S.A.
 UFV Barro Alto III Geração de Energia S.A.
 UFV Barro Alto IV Geração de Energia S.A.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria em 30 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais.

- Aplicação financeira que são mensurados ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 11:** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Vida útil dos ativos imobilizados – nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento.
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica - Nota explicativa nº12:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.
- **Intangível - Nota explicativa nº 13:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis e sua respectiva vida útil;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 22:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco

insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa do Grupo tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

Durante o período de construção da planta fotovoltaica as despesas financeiras, elegíveis à capitalização serão contabilizados no custo do ativo imobilizado.

c. Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com base nos percentuais de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. No exercício findo em dezembro de 2025, o Grupo optou pelo regime de lucro presumido.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Companhia e suas controladas deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

O Grupo não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pelo Grupo corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será limitada ao prazo de autorização.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos e financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

O grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados,

descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, as controladas do grupo avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, as controladas do grupo alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso das controladas do grupo o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel das terras onde os parques fotovoltaicos são instalados.

As controladas do grupo adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,13% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

As controladas da Companhia apresentam os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento. Durante o período de construção os juros dos arrendamentos são reconhecidos no ativo imobilizado.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões

são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se o grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os

seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	103	3	35.838	164
Aplicações financeiras (b)	-	-	13.642	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>103</u>	<u>3</u>	<u>49.480</u>	<u>164</u>

(a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 90% em 31 de dezembro de 2025, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2025	2024
Seguros (a)	1.310	170
Garantia fiel cumprimento (b)	489	618
Adiantamento para arrendamento (c)	5.479	6.467
Fianças e outras	55	12
Total	7.333	7.267
Circulante	762	276
Não circulante	6.571	6.991

- (a) Refere-se aos seguros pagos para implementação do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme exigência Lei 14.300/2022, emitida em favor da ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica.
- (c) Decorrente de antecipações realizadas, conforme contratos firmados entre as partes. Os respectivos valores serão compensados 10% ao ano, dos valores devidos a partir do segundo ano dos contratos.

10 Investimentos

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do período (a)	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	100%	84.726	(1.085)	(1.085)	84.726
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	100%	83.142	6	6	83.142
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	100%	85.229	50	50	85.229
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	100%	85.961	80	80	85.961
		339.058	(949)	(949)	339.058
Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do período (a)	Resultado de equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	100%	40.081	(6)	(6)	40.081
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	100%	37.922	(5)	(5)	37.922
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	100%	38.372	(5)	(5)	38.372
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	100%	38.230	(5)	(5)	38.230
		154.605	(21)	(21)	154.605

- (a) O resultado do período das investidas compreende os períodos os quais a Companhia assumiu o controle das investidas, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.1.

Movimentação dos investimentos	Part. %	2024	Aumento de capital (b)	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	2025
<i>Investimentos em controladas</i>						
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	100%	40.081	36.710	(1.085)	9.020	84.726
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	100%	37.922	38.874	6	6.340	83.142
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	100%	38.372	38.423	50	8.384	85.229
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	100%	38.230	38.563	80	9.088	85.961
Total		154.605	152.570	(949)	32.832	339.058

Movimentação dos investimentos	Part. %	2023	Transferência de investidas (c)	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>						
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	100%	-	39.457	630	(6)	40.081
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	100%	-	37.277	650	(5)	37.922
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	100%	-	37.727	650	(5)	38.372
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	100%	-	37.590	645	(5)	38.230
Total		-	152.051	2.575	(21)	154.605

- (b) Do total de R\$ 152.570 investidos nas controladas no ano de 2025, R\$ 133.414 foram mediante transferência de caixa, e R\$ 19.156 mediante capitalização de gastos incorridos pela controladora da Companhia Newave Energia S.A, os quais foram integralizados no capital social da Companhia, que no mesmo momento transferiu a suas controladas.
- (c) Em 1º de dezembro de 2024, em decorrência do processo de reorganização societária, a Companhia recebeu investidas da controladora Newave Energia S.A., conforme descrito na nota explicativa número 1.1.

Informações sobre as entidades investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) do exercício 2025
	<i>Investimentos em controladas</i>			
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	203.500	118.774	84.726	(1.085)
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	200.589	117.447	83.142	6
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	202.742	117.513	85.229	50
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	202.844	116.883	85.961	80
	809.675	470.617	339.058	(949)

Informações sobre as entidades investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2024
	<i>Investimentos em controladas</i>			
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	46.785	6.704	40.081	(65)
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	43.444	5.522	37.922	(60)
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	44.626	6.254	38.372	(61)
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	44.044	5.814	38.230	(61)
	178.899	24.294	154.605	(247)

11 Ativo de direito de uso e arrendamento

As controladas da Companhia atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em construção.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento inicial	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	16.899	-	(686)	16.213
Total do ativo	16.899	-	(686)	16.213

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 02/08/2024	Reconhecimento inicial	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	16.939	(40)	16.899
Total do ativo	-	16.939	(40)	16.899

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	Consolidado	
	2025	2024
Passivo de arrendamento	15.972	15.334
Total	15.972	15.334
Circulante	56	49
Não circulante	15.916	15.285

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento inicial	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	15.334	-	(1.851)	2.489	15.972
Total	15.334	-	(1.851)	2.489	15.972

Consolidado					
	Valor líquido em 02/08/2024	Reconhecimento inicial	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	16.939	(1.740)	135	15.334
Total	-	16.939	(1.740)	135	15.334

A taxa de desconto utilizada para reconhecimento inicial é de 11,13% a.a.

12 Imobilizado em andamento

	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias (b)	145.513	572.443	717.956
Total do imobilizado	145.513	572.443	717.956

Consolidado				
	02/08/2024	Reorganização societária (a)	Adições (b)	31/12/2024
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias (b)	-	84.649	60.864	145.513
Total do imobilizado	-	84.649	60.864	145.513

- (a) Em 1º de dezembro de 2024, em decorrência do processo de reorganização societária, a Companhia recebeu investidas da controladora Newave Energia S.A., conforme descrito na nota explicativa número 2.1.
- (b) Gastos incorridos com pagamentos antecipados de equipamentos, contratação de serviços técnicos, para implementação dos parques fotovoltaicos.

Do total dos gastos incorridos, as controladas da Companhia reconheceram R\$ 33.803 (R\$ 11.943 em 2024) referente a despesas financeiras elegíveis a capitalização. O valor é composto por R\$ 31.314 de juros de financiamentos e R\$ 2.489 de juros de arrendamentos.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 6.d, as controladas da Companhia não reconheceram em 31 de dezembro de 2025 e 2024 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em fase de implementação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração das controladas da Companhia avaliou as informações disponíveis interna e externamente e não identificou qualquer evidência perda do valor recuperável de seu imobilizado.

13 Intangível

Custo	Consolidado	
	2025	2024
Autorização para exploração de geração de energia fotovoltaica	18.136	7.700
Total	18.136	7.700

Referente as Outorgas para exploração de geração de energia elétrica, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL), as quais serão amortizadas por 30 anos após a entrada em operação comercial das controladas.

	31/12/2024	Adições	31/12/2025
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	1.925	2.609	4.534
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	1.925	2.609	4.534
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	1.925	2.609	4.534
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	1.925	2.609	4.534
Total	7.700	10.436	18.136

14 Fornecedores

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (a)	43	3	20.069	8.181
Total de fornecedores	43	3	20.069	8.181

- a) O saldo consolidado refere-se a aquisição de serviços e equipamentos empregados na construção do ativo imobilizado.

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

15 Obrigações tributárias

	Consolidado	
	2025	2024
Impostos retido na fonte	196	79
ISS – Imposto Sobre Serviços – Retido	885	217
ICMS	-	4
PIS / COFINS	14	483
Total	1.095	783

16 Financiamentos

	Consolidado	
	2025	
Financiamentos bancários com garantia		
Saldo inicial	-	
Financiamentos tomados (principal)	401.984	
Juros incorridos (i)	31.314	
Saldo em final	433.298	
Passivo circulante	-	
Passivo não circulante	433.298	

As controladas contrataram os financiamentos em 2025 junto ao Banco do Brasil, o repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO) no valor de R\$ 100.496, por Companhia, com prazo total de 20 anos, com juros de 5,34% a.a. acrescidos pelo IPCA, com o desembolso ocorrido em março 2025, sendo o início do pagamento do principal e juros ocorrendo em 2027.

- (i) Em 2025, foram capitalizados no ativo imobilizado em andamento o valor R\$ 31.314 (Nota 12)

Contrato de financiamento contém como garantias:

- Aval Corporativo;
- Alienação fiduciária de ações;
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- Fiança bancária até o *completion* financeiro.

Os principais *covenants* são:

- Realizar abertura das contas bancárias nos termos do contrato de administração de contas;
- Manter o índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior ou igual a 1,2, a partir do exercício em que ocorrem as amortizações;
- Não realizar alteração societárias sem anuência do financiador e da SUDECO.
- Apresentação de fiança bancária até o *completion* financeiro do projeto;

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

<u>Vencimento em:</u>	<u>2025</u>
2027	21.665
2028	21.665
2029	21.665
2030 até 2046	368.303
	433.298

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 300.000 (R\$ 154.659 em 31 de dezembro de 2024), representado por 2.779 mil ações.

Em 2025, as acionistas realizaram integralização de capital no valor de R\$ 145.341 por meio de transferência bancária, concluindo a totalidade do capital social.

Em 2024, foi integralizado R\$ 152.051 quotas das controladas na Companhia, conforme nota explicativa 1.1, e R\$ 2.608, por meio de transferência bancária realizada pela controladora Newave Energia S.A, totalizando R\$ 154.659.

A seguir são demonstradas as movimentações das subscrições de capital social durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

<i>Subscrição de capital social</i>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>
Subscrição de ações ordinárias – (ON) – (a)	1.000	1
Subscrição de ações – Classe (PNA) – (b)	667	8
Subscrição de ações – Classe (PNB) – (c)	1.112	299.991
Total capital social subscrito	2.779	300.000

Propriedade por classe de ação em quantidade	Newave Energia S.A	Gerdau S.A (*)	Gerdau Aços Longos S.A (*)
Ações ordinárias – (ON) – (a)	1.000	-	-
Ações – Classe (PNA) – (b)	-	136	531
Ações – Classe (PNB) – (c)	1.112	-	-
Total de ações emitidas	2.112	136	531

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida na data de 04 de dezembro de 2024, foram admitidas mediante emissão de ações classe PNA, as acionistas Gerdau S.A e Gerdau Aços Longos S.A.

Os principais direitos conferidos a cada classe de ação são descritos abaixo:

- (a) Ordinárias (ON) conferem ao proprietário direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.
- (b) Classe (PNA): (i) terão direito a voto em relação a matérias protetivas da Companhia e das controladas indiretas da Companhia; e (ii) terão direito a dividendos fixos, não cumulativos, no valor total de R\$ 1 a cada exercício, quando apurados lucros.

Classe (PNB): (i) não terão direito a voto; (ii) terão direito a dividendos fixos totais no valor equivalente ao múltiplo fixado no acordo de acionistas, de forma que todos os direitos econômicos restantes em relação as ações (ON) sejam usufruídos pelo detentor das respectivas ações; (iii) terão direito à prioridade no reembolso de capital em relação às demais ações, em caso de liquidação da Companhia.

b. Reorganização societária – Integralização de capital com transferência de investimentos

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de investimentos de propriedade da controladora por meio de conferência de capital do patrimônio líquido das seguintes empresas: UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE Ltda.; UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE Ltda.; UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda. e UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE Ltda., correspondente ao montante consolidado de R\$ 152.051. A composição dos saldos transferidos para a Companhia está demonstrada na nota explicativa número 1.1.

c. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital “AFAC” representam valores recebidos pela Companhia da controladora, com a finalidade de serem aplicados em aumentos de capital futuro. Esses adiantamentos são registrados no patrimônio líquido no momento do recebimento e são reconhecidos como capital integralizado quando ocorre o aumento de capital correspondente.

A Companhia tem como premissa a integralização dos saldos de AFAC em até 90 (noventa) dias após o aporte de capital. Assim, o registro é feito através de ata registrada na junta comercial e reconhecida pelos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital é de R\$ 40.218.

d. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 1.097 (R\$ 52 em 2024).

18 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Despesa com pessoal	-	-	(777)	-
Contabilidade e auditoria	(45)	(30)	(303)	(42)
Veículos e equipamentos	-	-	(237)	-
Impostos e taxas	(45)	-	(96)	(6)
Provisão de PLR	-	-	(76)	-
Outras despesas	(1)	-	(151)	-
Total	(91)	(30)	(1.640)	(48)

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	875	-
Juros recebidos	-	-	13	-
Total	-	-	888	-

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(5)	(1)	(48)	(3)
Fianças bancárias	-	-	(5)	-
IOF	-	-	(4)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(1)	(1)
Total	(5)	(1)	(58)	(4)

20 Imposto de renda e contribuição social

a) Apuração pelo lucro presumido - Controladora

A Companhia é optante pelo regime de apuração pelo lucro presumido e em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não apurou saldos de imposto de renda e contribuição social.

b) Apuração pelo lucro presumido - Controladas

As controladas são optantes pelo regime de apuração pelo lucro presumido não possui a pagar imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025. A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido	2025
Demais receitas (a)	978
Base de cálculo do IRPJ	15%
Imposto de renda a alíquota de 15% e Adicional de 10%	(147)
Total IRPJ	(147)
	2025
Base de cálculo da CSLL	9%
Contribuição social a alíquota de 9%	(88)
Despesa de IRPJ e CSLL	(235)
Alíquota efetiva	24%

- (a) A diferença entre demais receitas e as receitas financeiras apresentadas na nota explicativa nº 19, se refere as receitas financeiras tributas pelo regime de caixa. Exigência dada pela legislação tributária.

21 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é suportada pela controladora direta Newave Energia S.A.

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025 – Valor contábil		2025 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	103	13.642	35.838
Outras contas a receber		-	-	-	34
Total		-	103	13.642	35.872

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Passivos					
Fornecedores	14	-	43	-	20.069
Passivo de arrendamentos	11	-	-	-	15.972
Financiamentos	16	-	-	-	433.298
Outras contas a pagar		-	-	-	49
Total		-	43	-	469.388

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	3	-	164
Outras contas a receber		-	-	-	54
Total		-	3	-	218

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Passivos					
Fornecedores	14	-	3	-	8.181
Passivo de arrendamentos	11	-	-	-	15.334
Total		-	3	-	23.515

	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025		31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	103	103	49.480	49.480
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	34	34
Total		103	103	49.514	49.514
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	43	43	20.069	20.069
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	-	15.972	15.972
Financiamentos	Nível 2	-	-	433.298	433.298
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	49	49
Total		43	43	469.388	469.388

	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	3	3	164	164
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	54	54
Total		3	3	218	218
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	3	3	8.181	8.181
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	-	15.334	15.334
Total		3	3	23.515	23.515

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Caixas e equivalentes de caixa	103	49.480
Outras contas a receber	-	34
Total	103	49.514

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Caixas e equivalentes de caixa	3	164
Outras contas a receber	-	54
Total	3	218

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2025

	Controladora				
Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	43	43	43	-	-
	43	43	43	-	-

31 de dezembro de 2024

	Controladora				
Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	3	3	3	-	-
	3	3	3	-	-

31 de dezembro de 2025

	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	20.069	20.069	20.069	-	-	-
Passivos de arrendamentos	15.972	57.776	3.702	5.553	9.225	39.296
Financiamentos	433.298	832.460	127.512	175.788	248.452	280.708
Outras contas a pagar	49	49	49	-	-	-
	469.388	910.354	151.332	181.341	257.677	320.004

31 de dezembro de 2024

	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	8.181	8.181	8.181	-	-	-
Passivos de arrendamentos	15.334	59.152	3.478	6.699	11.165	37.810
	23.515	67.333	11.659	6.699	11.165	37.810

(iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Atlas efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro,

mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade				
			31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			Risco de redução das taxas de juros e índices				
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%		

	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	13.642	15.313	2.089	2.507	(2.089)	(2.507)
Financiamentos	IPCA	433.298	450.890	21.990	26.388	(21.990)	(26.388)
		13.642	466.203	24.079	28.895	(24.079)	(28.895)

(a) Índice nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

23 Demonstrações dos fluxos de caixa

Em atendimento ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, abaixo são demonstradas as transações que não envolveram caixa:

	2025	2024
Amortização de direito de uso	686	40
Juros incorridos sobre passivo de arrendamento	2.489	135
Fornecedores	-	2.480
Imobilizado	(53.645)	(2.655)
Passivo de arrendamento	-	16.939
Juros sobre de financiamentos	31.314	-
Ativo direito de uso	-	(16.939)
Integralização de capital	19.156	
 <i>Transferência de investidas</i>		
Outras contas a receber	-	(42)
Despesas antecipadas	-	(3.371)
Depósitos judiciais	-	(1.308)
Fornecedores	-	5.699
Obrigações tributárias	-	111
Imobilizado	-	(84.649)
Intangível	-	(7.700)
Acervo líquido transferido	-	152.051
Caixa e equivalentes transferidos	-	60.791

24 Contingências

a) Ações judiciais:

A Companhia e suas controladas, não possuem em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

b) Depósitos judiciais:

Em 2025, as controladas da Companhia possuem ação ajuizada requerendo Declaração de Utilidade Pública (DUP) para a faixa do caminho de servidão percorrido pela Subestação Barro Alto no montante de R\$ 634 (R\$ 1.368 em 31 de dezembro de 2024). Os respectivos valores se referem a indenização aos proprietários das terras previamente depositados em juízo e a diminuição de R\$ 734 é em função do ressarcimento recebido por outras Companhias conectadas a subestação Barro Alto, sendo também partes interessadas na ação.

25 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	2030 a 2060
(EUST / CUST / CCT) (a)	10.180	10.580	10.968	11.356	359.908
Seguros (b)	1.608	2.144	2.144	2.144	31.273
Operação e manutenção (c)	1.148	1.148	1.148	1.148	33.312
Imobilizado (d)	63.839	-	-	-	-
Arrendamento (e)	1.739	1.739	1.739	1.739	51.996
Total	78.514	15.611	15.999	16.387	476.489

(a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (EUST e Taxa de Conservação)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), e a Taxa de Conservação, objeto dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os EUSTs foram calculados considerando as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (Julho e 2025 a Junho de 2026) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses seguintes.

A partir de Julho de 2026 os EUSTs também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

(b) Seguros

As controladas da Companhia possuem contratos de seguros para cobertura de riscos operacionais e responsabilidade civil.

(c) Operação e manutenção

As controladas da Companhia possuem contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

(d) Imobilizado

As controladas da Companhia possuem contratos para aquisição de equipamentos e serviços empregados na construção do parque fotovoltaico.

(e) Arrendamento

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

26 Eventos subsequentes

(a) Início de operação comercial das Controladas

As controladas da Companhia obtiveram junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) as liberações para início de operação comercial, conforme despachos a seguir:

Controladas	Despacho de liberação	Data
UFV Barro Alto I Geração de Energia SPE S.A.	746	05 de março de 2026
UFV Barro Alto II Geração de Energia SPE S.A.	697	03 de março de 2026
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE S.A.	698	03 de março de 2026
UFV Barro Alto IV Geração de Energia SPE S.A.	700	03 de março de 2026

(b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Entre a data do final do exercício das demonstrações financeiras e a data de emissão a Companhia recebeu a título de adiantamento para futuro aumento de capital de sua Controladora Newave Energia S.A, o valor de R\$ 3.803.

Edgard Corrochano
Presidente
CPF: 754.736.071-87

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02

* * *